

A educação como promotora da desconstrução ou produção do racismo: o importante papel da escola

Autora: Caroline de Oliveira Silveira¹

Orientadora: Elisa Mainardi²

RESUMO: O racismo é um sério problema a ser resolvido no Brasil. Ele se faz presente em todas as camadas da sociedade brasileira, inclusive no ambiente escolar, espaço que tem o dever de trabalhar de modo a dismantlar todo tipo de preconceito. O preconceito racial vem promovendo grande desigualdade social e injustiças contra o indivíduo negro, no que diz respeito a sua cultura e história. Visto isso, o presente artigo insere-se na linha de pesquisa da gestão e tem como objetivos, através de uma pesquisa integralmente bibliográfica, compreender o surgimento dos estigmas raciais presentes na sociedade, analisar as consequências do racismo perante a sociedade e, finalmente, refletir novas formas de trabalhar questões raciais de modo a dismantlar o racismo e fortalecer a igualdade racial.

Palavras-chave: racismo, educação, escola.

Introdução

Mesmo 131 anos após a abolição da escravatura no país, a sociedade ainda reproduz discursos, comportamentos e ideologias racistas, que, em todas as suas instâncias, sejam elas de natureza individual, institucional ou estrutural, geram situações de extrema desigualdade e exclusão social. A escola como um espelho da sociedade, também acaba por reproduzir atitudes racistas, inclusive por parte de crianças. Isso não somente fere as crianças negras, como também interfere em seu futuro, uma vez que essa desigualdade educacional afeta, profundamente, a vida profissional do negro, que acaba por ocupar os cargos e a receber os salários mais baixos da sociedade.

O conhecimento da cultura e história negra no Brasil, assim como uma educação intercultural são uma necessidade urgente na atual sociedade brasileira, a qual corre o risco de cair em um ceticismo perigoso, reforçador de situações extremamente lastimáveis e injustas. Mesmo com leis como A Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, percebe-se grande descaso e resistência das escolas em levantar esse assunto, de tal forma que o mesmo acaba sendo tratado de forma superficial.

¹ Acadêmica do curso de pedagogia pela Universidade de Passo Fundo.

² Doutora em Ciências da Educação.

É inegável a necessidade de pensar uma educação crítica e antirracista, que favoreça a valorização das diferentes culturas e etnias e quebre as mazelas ainda presentes na sociedade brasileira. Jurjo Torres Santomé (2014) diz que comprometer-se com uma educação crítica e justa implica uma investigação sobre como os conteúdos, as metodologias e os modelos de organização escolar respeitam as necessidades dos diferentes grupos sociais que vivem e convivem num mesmo país.

Desse modo, é preciso questionar se as interações pessoais na escola, tal como as metodologias de trabalho sobre a história negra no Brasil, estão condicionadas por preconceitos e estereótipos, se os professores estão cientes de sua responsabilidade social e das dificuldades daqueles que pertencem a grupos sociais em situações de risco ou às minorias que sofrem todo tipo de discriminação. A metodologia utilizada para a realização do presente artigo foi de caráter bibliográfico. Os materiais escolhidos dizem respeito ao problema de investigação proposto, de modo que, a partir do conhecimento adquirido através das leituras e pesquisas sobre o tema central, foi possível atender aos objetivos propostos.

1. Constituição do povo negro no Brasil, o surgimento e permanência dos estigmas raciais na sociedade

O racismo é um fenômeno mundial baseado em um conjunto de crenças de superioridade e separação racial. Embora o termo racismo tenha surgido apenas no século XX, essas crenças racistas se fizeram presentes, em todos os cantos do mundo, durante toda a história humana, sendo justificadas por uma falsidade cultural e científica, como forma de fundamentar o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar e oprimir outras.

Especificamente no Brasil, o racismo surgiu no momento de sua colonização quando os índios, nativos do território brasileiro, foram dominados pelos portugueses e espanhóis. Com a colonização portuguesa, houve uma grande demanda de pessoas para trabalharem em fazendas produtoras de cana-de-açúcar. Visto que já haviam realizado a dominação do litoral africano, os portugueses traficaram os negros africanos para o Brasil, onde foram dominados e submetidos a uma imensa crueldade pelo regime de escravidão. Estima-se que, durante o período em que se utilizou da mão-de-obra escrava, entraram no Brasil, de forma involuntária

através do tráfico negreiro, aproximadamente quatro milhões de africanos, num fenômeno que pode ser denominado diáspora africana.

Estes africanos eram trazidos de diversas regiões da África para o Brasil, em grandes navios negreiros, onde eram mantidos em porões separados por sexo, e subsistiam em situações miseráveis e desumanas, com alimentação e higiene extremamente precárias. Para acalantar seus filhos durante essas terríveis viagens, que duravam de quarenta a sessenta dias, as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós e sem demarcação de olho, nariz ou boca para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas. Essas bonecas, atualmente consideradas importante símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano.

Chegando ao Brasil, os negros, que sobreviviam aos navios negreiros, eram submetidos a uma força de trabalho carregada de violência, abusos e barbáries, de modo que o uso da violência e castigos físicos transformaram-se em um elemento eficaz na dominação e o negro perdeu toda humanidade passando a ser considerado um objeto, propriedade de outro ser humano. Dessa maneira segundo Bertoldo e Malysz

O racismo no Brasil começou no período colonial e se justificava por um conjunto de estereótipos negativos em relação ao povo negro que, amparava uma visão hierárquica da sociedade. A escravidão, que os privou de liberdade desde o período da colônia, também rotulou como desiguais por excelência, tirando sua dignidade, impondo rigores, privações de direitos e discriminação racial. (BERTOLDO; MALYSZ, 2014, p. 5)

Durante esse período, no qual estima-se que a cada vinte e uma pessoas, vinte eram negras, foram muitos os personagens (alguns hoje esquecidos pela história e conseqüentemente desconhecidos pela maioria dos brasileiros) que ficaram marcados por sua luta contra a escravidão. Um deles foi Chico da Matilde, também conhecido como Dragão de Aracati, o líder dos jangadeiros (pequenos barcos que transportavam os negros dos barcos maiores para o continente) responsável por deflagrar a greve que impediu o mercado escravista no Porto de Fortaleza de funcionar durante os dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881. Em Salvador, Bahia ocorreram muitas revoltas escravas nas primeiras décadas do século XIX, entre elas a Revolta dos Malês, negros de origem islâmica que planejaram um levante para ocorrer nas primeiras horas da manhã do dia 25, mas foram denunciados e derrotados pela força policial.

Há também Luiz Gama, um grande advogado autodidata, escritor e um dos abolicionistas mais atuantes de São Paulo, que conseguiu a libertação de centenas de negros

mantidos injustamente em cativeiro ou acusados de crimes contra os senhores. Finalmente Zumbi dos Palmares que é até hoje considerado um ícone da resistência negra. Ele liderou o Quilombo dos Palmares, comunidade que abrigava escravos fugitivos das fazendas e que no auge de sua ocupação, em 1670, teria chegado a 30 mil moradores. Zumbi dos Palmares foi morto no dia 20 de novembro de 1695, data na qual atualmente é celebrado no Brasil o dia da consciência negra.

A abolição da escravidão no Brasil se deu com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, após o surgimento das cartas de alforria a assinatura da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que proibiu de vez o tráfico negreiro através do Oceano Atlântico; da Lei do Ventre Livre em 1871 que declarou livres os nascidos no Brasil e da Lei dos Sexagenários que libertou os escravos com mais de sessenta anos. Por muito tempo a abolição da escravidão foi tratada pela história como um ato benevolente da Princesa Isabel; contudo o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, e o fez por motivos políticos e econômicos e após muita resistência e luta do povo negro e do movimento abolicionista, um dos primeiros movimentos sociais do país. Nas palavras do capoeirista Mestre Toni Vargas, em sua canção Dona Isabel “Abolição se fez com sangue / Que inundava este país / Que o negro transformou em luta / Cansado de ser infeliz.” (MESTRE TONI VARGAS, 2019).

Com o final da escravidão em 1888, a nova economia capitalista que se iniciava no país, acabou por agravar a exclusão do negro, que não vivia mais na condição de escravo, mas também não era considerado um cidadão com direitos sociais, econômicos e políticos, não tendo acesso aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, ou seja, não tinha condições básicas para que pudesse sobreviver e se emancipar. O fato de que as mudanças políticas ocorridas no Brasil foram influenciadas e comandadas por poderosos produtores de café, ajudou a marginalizar ainda mais o negro, que não tinha as mínimas oportunidades de igualdade e enfrentava inúmeras barreiras para a ascensão social. O chamado racismo científico também colaborou para a exclusão do negro, uma vez que determinava os mesmos como uma classe naturalmente inferior que não poderia ter participação na sociedade a não ser com restrições. Nesse sentido, segundo Tomasoni (2008, p. 22)

Essa constatação nos leva a pensar sobre quanto o negro demorou para se adaptar, visto que, primeiro, teve de “romper com as amarras” de uma herança cultural de escravo e, depois, teve de assimilar novos padrões de comportamento, sem políticas públicas que lhe dessem condições ou lhe oportunizassem uma nova vida em sociedade.

A autora explica que a sociedade escravista produziu e propagou valores que retratavam os interesses dos senhores de escravos. Desse modo, remanesceu para as gerações futuras uma história oficial conservadora, marcada por preconceitos e estereótipos, que omitiu a árdua luta dos negros e suas reivindicações por direitos sociais e políticos (TOMASONI, 2008, p. 22) e isso, segundo Hasenbalg (1979), implicou no desajustamento psicológico, social, cultural e econômico de um grupo historicamente oprimido. Visto isso, é possível dizer que os dilemas atuais que envolvem raça, cor, e etnia, têm, conforme Florestan Fernandes (1989 apud TOMASONI, 2008, p. 20), “raízes em um passado colonial recente e nas sequelas que ele produziu e que ainda não foram ultrapassadas.”

No início do século XX, os primeiros anos após a abolição, se implantava no Brasil o mito da democracia racial, o qual pregava a inexistência de distinções raciais e consequentemente do racismo no país, afirmando que a relação entre negros e brancos era pacífica e sua convivência ocorria sem conflitos e fortalecendo a ideia de um país homogêneo e unificado. Contudo, na realidade, o negro seguia sendo injustiçado nos contextos social, econômico e político. Os discursos que eram defendidos e propagados pelas classes dominantes, pregando que as oportunidades eram acessíveis a todos sem distinção de cor ou classe, serviam apenas para disfarçar a exclusão social e política do negro, que passou a ser visto como homem livre e, logo, poderia ser responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso que dependiam apenas do mérito individual.

Também no início do século XX, com o final da escravidão, a elite sentiu a necessidade de ressignificar o país, de maneira que a miscigenação melhorasse o padrão genético da população brasileira e trouxesse um padrão de cor aceitável. Desse modo, implantou-se no Brasil a política de branqueamento, conduzida pela promoção de imigração de europeus para ocupar os cargos de mão-de-obra deixados pelos escravos com o fim da escravidão, uma vez que se afirmava que o negro, devido a sua própria morfologia e fisiologia, jamais poderia trabalhar de forma livre. Segundo Teodoro (2008) o ser branco possuía confiança e positividade, então o branqueamento poderia significar a evolução para uma raça menos degenerada e aperfeiçoada. Sobre esses mitos, Florestan Fernandes afirma que

qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Esta foi herdada, como parte de nossas dificuldades em superar padrões de relações raciais inerentes a ordem social escravocrata e senhorial. Tinham por função defender barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco” face do “negro”, como raça dominante. (FERNANDES, 1978 apud TOMASONI, 2008, p. 24).

Apenas a partir dos anos 1960, a democracia racial passou a ser vista como um mito, já que passaram a ser evidenciados os abismos sociais e distorções que provavam as diferenças nas condições entre brancos e negros. Nesse sentido, Abdias do Nascimento, afirmava que “o status de raça, manipulado pelos brancos, impede que o negro tome consciência do logro que no Brasil chamam de democracia racial e de cor.” (NASCIMENTO apud SILVA, 2007, p. 55). Ou seja, de acordo com Tomasoni (2008), reconhecer o mito da democracia racial e do branqueamento populacional no Brasil, é também reconhecer que existiram e ainda hoje existem padrões histórico-culturais aceitos na sociedade, que ajudam a disfarçar os preconceitos e injustiças com a única finalidade de preservar a influência política e econômica e prestígio social das elites.

2. Racismo, preconceito e discriminação: os movimentos em prol da equidade racial

Em se tratando da história dos movimentos sociais, foram muitos os intelectuais negros que ajudaram a desenvolver uma consciência da situação econômica, política e social do negro na sociedade brasileira, o que foi fundamental para que os negros passassem a reivindicar seus direitos como cidadãos. A militância que ganhou força a partir dos anos 1970, não apenas denunciava o racismo como pregava a valorização da identidade e cultura negra, de modo a criar uma consciência racial dos afro-brasileiros enfatizando sua origem africana. Nesse sentido, nas palavras de Guimarães (2002, apud SILVA, 2007 p. 79) “A identidade negra brasileira foi, antes de tudo, uma construção política, de ‘frentes’ e de ativismo antidiscriminatório, pouco reivindicado, até os anos 1970 [...].”

Como resultado das lutas dos movimentos sociais negros, a partir da década de 1990 a sociedade, a mídia e o governo do país passaram a discutir com mais profundidade o racismo e a desigualdade racial. Em 1995, o Estado brasileiro decidiu reconhecer publicamente a existência do racismo no Brasil e iniciar um processo de discussão sobre o problema, criando medidas para o seu combate.

Contudo, somente em 2001 começaram a surgir as primeiras políticas públicas de ação afirmativa. Em 2003, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que estabelece que as relações étnico-raciais sejam estudadas em todos os sistemas de ensino, incluindo a rede particular, seguindo uma metodologia que valorize a diversidade sociocultural

existente no Brasil. Isso serviu como prova da necessidade de uma revisão pedagógica, no que diz respeito ao questionamento da história nacional. Este documento é um marco fundamental em se tratando da política educacional brasileira, uma vez que, pela primeira vez, há uma abordagem com o intuito de corrigir as desigualdades e discriminações raciais nos sistemas de ensino, além da inserção da história afro-brasileira no currículo escolar.

Ainda assim, atualmente, mesmo após 131 anos da abolição no país, o racismo segue arraigado na cultura brasileira, sendo um dos grandes problemas presentes nesta sociedade. Contudo, ao abordar o tema racismo, faz-se necessário destacar as distinções entre discriminação e preconceito. Enquanto racismo é uma ideologia baseada na superioridade de raças, discriminação pode ser definida como o ato de segregar, transgredir o direito de igualdade, através da distinção, exclusão, ou preferência, motivado por raça, cor, orientação sexual, credo religioso ou convicções políticas. Já preconceito indica opinião ou sentimento, construído sem exame crítico, ou ainda uma atitude ou sentimento assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência imposta pelo meio.

Durante muitos anos a população negra foi excluída pelas políticas educacionais brasileiras, sendo que quando finalmente teve acesso à educação, esta pregava uma visão de desvalorização à cultura e história das pessoas negras, disseminando um discurso preconceituoso, discriminatório e racista. E através dessa mesma educação os indivíduos negros foram obrigados a vivenciar uma cultura que não era sua, enquanto a sua própria cultura era marginalizada. De acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática. (BRASIL, 2003, p. 14)

O documento afirma que os diversos grupos constituintes do Movimento Negro brasileiro têm reafirmado o quão dura é a experiência dos negros de ter seu comportamento e ideias julgados negativamente, antes mesmo de tomarem qualquer iniciativa. Esses grupos afirmam ainda, a dificuldade de precisar negar a origem e tradições de seu povo e ter de aceitar uma visão de mundo que se impõe como superior para serem reconhecidos. Visto isso, pode-se dizer que, atualmente, são vários os pretextos utilizados para discriminar o negro. São impostos

padrões de beleza e superioridade, de modo a transformar as diferenças físicas em marcas de inferioridade (MEC, 2003).

A escola, como uma importante instituição social, tem o dever de inserir em seu currículo práticas de combate e desconstrução do racismo através de ações que trabalhem o reconhecimento e a valorização acerca de questões étnico raciais. Considerando que muitas crianças trazem consigo e reproduzem preconceitos vindos de seu contexto familiar, o ambiente escolar é um espaço fundamental para o trabalho de valorização e reconhecimento das diferenças. A lei 10.63/03 é importantíssima para a realização deste trabalho; no entanto, após dezesseis anos de validação, o que se pode ver são professores sem preparo para colocar os conteúdos da lei em prática. Isso ocorre pois muitos docentes não possuem conhecimento ou não receberam formação adequada para trabalhar esses conteúdos em sala de aula. Há, além disso, as escolas que sentem desconforto e resistência em abordar o tema, seja por imposição dos pais ou por insensibilidade da própria escola.

Dessa maneira, as ações executadas pelas atuais instituições, tanto a nível nacional, quanto a níveis estadual e municipal, podem ser consideradas ainda ineficazes e inconvincentes, tendo em vista a urgência de pôr em prática o conteúdo da lei 10.639/03. Apesar das novas políticas antirracistas implantadas nas escolas, em muitas instituições ainda permanece a tendência de hierarquização, conservadorismo e desigualdades. As etnias, na maioria das vezes, são trabalhadas com foco no euro centrismo, sendo que a história africana e afro-brasileira seguem distorcidas e até mesmo esquecidas, fazendo com que as crianças negras não se sintam representadas e os estudantes em geral desconheçam a diversidade étnica e questões raciais presente no Brasil, e sigam reproduzindo comportamentos racistas. Ou seja, é necessário atentar para as análises paternalistas presentes nos ambientes escolares, que segundo Jurjo Torres Santomé

Têm como fundamento visões hierárquicas, de “superioridade” de certas culturas e realidades sobre outras, algo que fica evidente em muitas salas de aula quando se apresenta os povos e as culturas oprimidas enfatizando seus defeitos; considerando-os, por exemplo, muito pobres, incapazes de seguir adiante por si mesmos e nos colocando como seus salvadores e redentores. (SANTOMÉ, 2013, p. 265-266)

Muitas instituições educacionais não analisam ou refletem até que ponto os conteúdos culturais trabalhados em sala de aula preservam os interesses de determinados grupos dominantes, fortalecendo as relações de poder e superioridade, em vez de promover aprendizados que favoreçam a liberdade, justiça e democracia. Sem essa reflexão, se torna

impossível a superação de heranças culturais que podem levar a lamentáveis equívocos e fortalecer ações discriminatórias no ambiente escolar.

Neste sentido, do mesmo modo como pode ser uma potencial forma de combate ao racismo, a escola, como uma representação da sociedade e como um ambiente de relações interpessoais, não está livre de reproduzir comportamentos racistas respaldados por ideários que reforçam distorções construídas ao longo da história. Conforme Silva

Ao falarmos sobre o racismo no espaço escolar é importante frisar que quando a criança chega à escola, já traz consigo uma vivência advinda do meio em que ela está inserida quer seja no convívio com as pessoas, família, vizinhos, amigos, etc, ou através dos meios de comunicações como: televisão, revistas, rádios e outros, ou seja, à criança já entra na escola com o seu conhecimento prévio adquirido nas relações com o meio social. Desse modo cabe a escola mais precisamente o/a professor/a, conscientizar as crianças mostrando que tais valores vivenciados na escola não são corretos e é por meio da educação que a criança desconstruirá esses valores negativos e construirá valores positivos em relação aos afrodescendentes. (SILVA, 2015)

O racismo velado, implícito em brincadeiras, atitudes e na estrutura social brasileira, talvez seja a forma de racismo mais grave e difícil de ser combatida, uma vez que não se pode combater algo que teoricamente não existe. Em função ao mito da democracia racial, muitos brasileiros acreditam que não existe racismo no país, fazendo com que atos racistas não sejam reconhecidos como tal. Por essa razão, a escola que deveria ser um local acolhedor e exemplo de respeito e valorização de todas as etnias, e o próprio professor, mesmo que inconscientemente, ou por falta de conhecimento, acabam muitas vezes disseminando o racismo em sala de aula, uma vez que não dão a devida atenção a atitudes discriminatórias ou ainda agem de tal maneira, sem nem se dar conta dos comportamentos racistas que naturalizam dentro do ambiente escolar.

Esse racismo, muitas vezes iniciado na escola que obviamente influencia a forma como o conhecimento é compartilhado, gera consequências gravíssimas, a começar pela própria escola, visto que a maioria das crianças presentes em salas de reforço são negras, o que ocorre, simplesmente, porque a escola não se faz um ambiente acolhedor para essas crianças, pelo contrário, acaba por reforçar a desigualdade. As consequências se arrastam até a vida adulta onde ficam evidenciadas no que diz respeito ao trabalho, participação política, educação e renda, que provam a hierarquização dos brancos. Dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2017 apontam que a renda média de negros e pardos é de R\$ 1.570 e R\$ 1.606 respectivamente, enquanto para brancos o valor sobe para R\$ 2.814. Ainda, segundo dados do IBGE (2004), a maioria da classe pobre e miserável do país é formada

por afrodescendentes, comprovando a injustiça social a que está exposta a população negra brasileira.

No âmbito educacional, a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos é de 9,9%; já entre os brancos os números caem para 4,2%, de acordo com a PNAD Contínua de 2016. Esses números mostram que a quantidade de negros analfabetos alcança mais que o dobro da quantidade de brancos analfabetos. No ensino superior a desigualdade também se faz presente. Segundo a PNAD de 2017, a porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que tem ensino superior completo é de 22,9%, número que aponta mais que o dobro da porcentagem de 9,3% para pretos e pardos com diploma. Ou seja, é inegável que negros têm menos acesso à educação em todos os seus níveis. Sobre isso, Nilma Lino Gomes afirma que “a constatação de que o Brasil padece de um processo de crescimento da pobreza e desigualdade social tem sido acrescida de mais uma outra lamentável constatação: a de que as desigualdades sociais caminham lado a lado com as desigualdades raciais.” (GOMES, 2003, p. 219). Ainda, nas palavras de Maria Lucia de Almeida Belem Tomasoni

as questões da desigualdade e exclusão acontecem já nos primeiros anos de vida escolar, agravadas pelo fato de as crianças não se sentirem integradas no contexto no qual estão sendo inseridas, o que as desmotiva. Crianças que chegam com sede de novas conquistas são relegadas a um destino cruel e, mais tarde, acabam fazendo parte de dados estatísticos de analfabetismo, não-permanência na escola, número de anos de escolaridade em níveis muito baixos e, conseqüentemente, exclusão do mercado de trabalho e marginalização. Nesse contexto, é-lhe imputada a responsabilidade por estar em situações degradantes. (TOMASONI, 2008, p. 38)

Desse modo, o racismo, que muitas vezes se inicia dentro da escola, acaba por gerar desigualdades educacionais, o que culmina em uma hierarquização no mercado de trabalho, no qual os cargos de homens e de brancos tendem a ser mais elevados do que o de mulheres e negros, que ocupam funções de menos prestígio e qualidade.

3. A educação escolar como locus de promoção da igualdade racial: saberes e fazeres pedagógicos

Nas palavras de Paulo Freire (1987, p.87), "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". Ou seja, somente através da educação é possível formar pessoas solidárias, democráticas, livres e justas. Para isso, contudo, é fundamental construir uma educação capaz de tornar pessoas conscientes de sua história, capazes de compreender que necessitam de amplos conhecimentos culturais e que esses

conhecimentos serão essenciais para seu entendimento sobre o mundo atual e, é claro, que percebam a imprescindibilidade de respeitar os direitos e liberdade de pensamento de cada ser humano. Logo, é necessário que as pessoas tenham a plena consciência de que existem inúmeras ideias socialmente enraizadas que não podem e não devem ser defendidas. Nessa perspectiva, é preciso investir em metodologias pedagógicas que promovam um diálogo entre as culturas e que contribuam para o enriquecimento cultural e democratização da sociedade. Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, afirma que

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujam a branquitude das orações... A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagoga da democracia. Pensar e fazer errado, pelo visto, não têm mesmo nada que ver com a humildade que o pensar certo exige. Não têm nada que ver com o bom senso que regula nossos exageros e evita as nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez. (FREIRE, 1996, p. 37)

Uma instituição escolar comprometida com uma educação justa, exige, também, professores que tenham sua prática debatida reflexivamente e que ajam de acordo com princípios e valores éticos como: integridade, imparcialidade, moral, respeito, humildade, tolerância, responsabilidade, solidariedade e justiça. Para Bruner (2001, apud TOMASONI, 2007 p. 72), existe uma necessidade de transformação da escola em relação ao ensino cultural, mas também de transformação do papel do professor neste contexto de ensino. Isto é, existe a necessidade da assimilação de novas metodologias por parte dos professores, incluindo também as questões étnico-culturais.

Sendo assim, o desafio dos professores e das escolas é a realização de uma prática educativa consciente de sua dimensão política, considerando sempre o contexto em que estão inseridos seus alunos. As políticas de formação de professores devem ter enfoque no reconhecimento e valorização das diferenças. Seu trabalho para a integração das culturas deve revigorar a discussão de fundamentos e valores e definir princípios de justiça consistentes além de operacionalizá-los de forma efetiva. Ainda, se faz muito importante a compreensão, por parte dos docentes, de que ensinar e aprender não está associado à simples transmissão de conteúdos, mas também ao reconhecimento das diferenças e semelhanças, visando transformar a escola num meio de superação das desigualdades.

Uma vez que a etnia negra, vítima de injustiças desde o Brasil colonial, tem sido vista como algo ruim e depreciativo, a escola, enquanto instituição social, deverá sempre se posicionar contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta antirracista deve ser tarefa de todo e qualquer educador, independentemente de sua cor, raça, crença religiosa ou posição política. É preciso adotar políticas que, além de combater as manifestações em todas as suas dimensões, promovam uma imagem positiva dos negros no imaginário social, destacando e reconhecendo tanto a sua fundamental participação na construção do país, quanto a sua presença na sociedade de hoje.

Reconhecimento, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2003), implica a valorização das diferenças que distinguem os negros dos demais grupos que compõem a população brasileira, e exige uma importante mudança nos discursos, raciocínios, gestos, posturas e tratamento para com as pessoas negras. Exige o respeito e valorização das pessoas negras, sua cultura, história e à sua descendência africana. Exige a compreensão de seus princípios, tradições e lutas, a sensibilidade ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação com as quais os negros têm de lidar todos os dias. Exige a implantação de condições para que os estudantes negros não sejam menosprezados e excluídos devido a sua cor de pele, tradições e história e, conseqüentemente, não sejam desencorajados de prosseguir com os estudos.

Nessa lógica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana afirmam que a educação é um dos principais mecanismos para a transformação de uma sociedade, sendo assim, papel primordial da escola, de forma justa e democrática, estimular a formação de valores, ideias e comportamentos que respeitem as características próprias de cada grupo e minoria. Nas palavras de Alves

É preciso mostrar que o Brasil é um país de formação multirracial, ou seja, formado por misturas de raças, crenças e costumes, e independente disso devemos respeitar e valorizar a cultura que cada pessoa traz, já que perante a lei somos todos iguais e temos os mesmos direitos e deveres. (ALVES, 2012, p. 10)

Visto isso, o trabalho acerca das questões étnico raciais deve ser cauteloso, crítico e reflexivo, de modo a desmitificar pensamentos superficiais e visões estereotipadas e de caráter folclórico em relação à cultura e história dos afro-brasileiros. É fundamental abordar a história

do negro contada de seu ponto de vista, destacando a importância de suas origens africanas, cultura, riquezas, valores e tradições.

Considerações Finais

É notório que o negro, desde sua chegada ao Brasil, foi extremamente injustiçado. O racismo, iniciado com a escravidão, se perpetua até os dias atuais, enraizado na cultura e estrutura brasileira, propagando uma visão de inferioridade ao negro, causando enormes disparidades de oportunidades entre brancos e negros e prejudicando suas chances de ascensão social.

A escola como importante instituição social, não somente tem imenso poder, como também o dever de trabalhar em prol da desconstrução do racismo em todas as suas instâncias. Contudo, as escolas, estando inseridas em uma sociedade que mantém relações e ideologias racistas, acabam, inúmeras vezes, por reproduzir essas ideologias no ambiente escolar, seja através de injúrias vistas como brincadeiras ou reprodução de estereótipos injustos e preconceituosos acerca da história, contexto e cultura negra. Esse racismo, muitas vezes tão naturalizado na escola, acaba por prejudicar o indivíduo negro desde sua infância até sua vida adulta, visto que traz imensas dificuldades educacionais que gerarão inúmeras consequências futuras ao negro, principalmente no que diz respeito ao seu crescimento social e profissional.

Sendo assim, é imprescindível que a escola supere suas falhas ideológicas e metodológicas no que diz respeito ao ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas e que aja de maneira a colaborar para a desconstrução do racismo através de ações que valorizem a humanidade e celebrem a diversidade de culturas presente no Brasil, incentivando o respeito as individualidades e particularidades de cada ser.

Para que isso ocorra, é primordial que a escola aborde questões étnico-raciais durante todo o ano letivo e não somente em datas especiais, envolvendo toda comunidade escolar nesse processo. O professor, que se faz essencial nesse processo, deve promover momentos e experiências que oportunizem ao estudante conhecer a diversidade de culturas presente no Brasil, assim como as riquezas de cada uma dessas culturas. Isso pode ser realizado através do trabalho com filmes, documentários com enfoque na temática racial; análise da letra de músicas que tratem da cultura, contexto e realidade do negro; apresentação de personalidades negras que contribuíram para a construção histórica do país sua história e cultura. A literatura também

se constitui um recurso importantíssimo nesse processo, sendo assim, o professor deve escolher livros (aqui também pode-se incluir os didáticos) que tragam uma proposta crítica e reflexiva em relação ao racismo e valorizem a história e o próprio povo afrodescendente.

Finalmente, é crucial que o negro tenha voz e lugar de fala, no que se trata da história e realidade de seu povo; por isso é de extrema importância que a escola promova palestras, debates e rodas de conversas com indivíduos negros, assim como com movimentos sociais, uma vez que essas pessoas têm muito a oferecer e ensinar ao compartilhar suas vivências. Em suma, para que ocorram mudanças radicais no atual contexto social brasileiro em relação ao negro, é fundamental que a história negra seja apresentada e explicada em sua total veracidade, destacando a importância de suas ações e manifestações culturais para a formação do Brasil enquanto nação. Também é essencial que os pequenos atos de racismo sejam identificados e desconstruídos dentro da escola, desde a infância, para que haja o entendimento de que por mais simples que seja, ou mesmo cometido sem intenção, qualquer ato de racismo é errado e deve ser combatido.

Dessa forma, será possível fortalecer a valorização das diferenças entre as etnias, desconstruindo as desigualdades raciais, sociais, o mito da democracia racial e a ideia propagada por este de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os brancos é por falta de competência ou de interesse e não em consequência das inúmeras desigualdades que a hierarquia social presente no Brasil cria. Somente através do conhecimento acerca da história e cultura afro-brasileira, será possível desconstruir o racismo presente, não apenas no ambiente escolar, mas em toda a sociedade brasileira e, promover uma geração intercultural que valorize e aprenda com as diferenças.

Referências

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Preconceito, Discriminação e Intolerância no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/preconceito-discriminacao-e-intolerancia-no-brasil/>>. Acesso em: 05 set. 2019.

BERTOLDO, Mario; MALYSZ, Sandra Terezinha. **O indivíduo negro na sociedade e o papel da escola na desconstrução do racismo**. 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-campomourao_geo_artigo_mario_bertoldo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

- BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: Ministério da Educação, 2005. 35 p.
- CALEIRO, João Pedro. **Os dados que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil.** 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação.** 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n23/n23a05.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- NASCIMENTO, Gustavo. **O racismo velado.** 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-velado-por-gustavo-nascimento/>>. Acesso em: 14 set. 2019.
- ROSSI, Amanda; GRAGNANI, Juliana. **A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil.** 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/ids-sh/lutapelaabolicao>>. Acesso em: 15 set. 2019.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de tróia da educação.** Porto Alegre: AMGH, 2014.
- SANTOS, Fábio Adrian Teixeira dos Santos e. **Reflexões e práticas pedagógicas para o enfrentamento do racismo em ambiente escolar.** 2019. Disponível em: <<http://revistas.uneb.br/index.php/cintergeo/article/view/6836/4453>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- SANTOS, Vanessa Matos dos; RIBEIRO, Angelita. Estratégias pedagógicas e recursos midiáticos na abordagem das questões raciais: uma experiência no ensino fundamental. **Comunicações**, Piracicaba, v. 8, n. 2, p.261-282, ago. 2016.
- SILVA, Marizete Rodrigues da. **Compartilhando Vivências: Entre práticas racistas, naturalização e combate ao racismo.** 2015. 40 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2015.
- SILVA, Mozart Linhares da. **Educação, etnicidade e preconceito no Brasil.** Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007. 183 p.
- TOMASONI, Maria Lucia de Almeida Belem. **Educação das relações étnico-raciais e a formação de professores.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.
- VARGAS, Mestre Toni. **Dona Isabel.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3wFDeaEDQM8>> Acesso em: 23 ago. 2019.
- VIEIRA, Kauê. **Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino.** 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>>. Acesso em: 25 set. 2019.